

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2022
Com relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias	13
Declaração dos diretores	36
Termo de responsabilidade	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Paranapanema S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de abril de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jayme Barg	Diretor-Presidente
Jayme Barg	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Enel Green Power Paranapanema S.A.

Rio Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Green Power Paranapanema S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem ressalvas, com data de 1º de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Green Power Paranapanema S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.316	1.277
Contas a receber de clientes	5	6.566	5.887
Outros tributos compensáveis		59	59
Outros créditos		807	772
Total do ativo circulante		10.748	7.995
<u>Ativo não circulante</u>			
Depósitos vinculados		10	10
Imobilizado	6	109.187	94.336
Intangível	7	103.539	107.114
Total do ativo não circulante		212.736	201.460
Total do ativo		223.484	209.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	12.400	12.857
Empréstimos e financiamentos	9	9.753	8.518
Salários, provisões e encargos sociais		396	508
Imposto de renda e contribuição social a pagar		274	430
Outras obrigações fiscais		190	459
Encargos setoriais	10	701	503
Dividendos a pagar	12	22.218	12.762
Outras obrigações		1.563	322
Total do passivo circulante		47.495	36.359
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisões para processos judiciais e outros riscos	11	16	594
Total do passivo não circulante		16	594
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	162.568	162.568
Capital social (a integralizar)		(7.898)	(15.000)
Reserva legal		6.849	5.728
Reservas de lucros		41.988	41.988
Dividendos adicionais propostos		15.969	16.895
Prejuízos acumulados		(43.503)	(39.677)
Total do patrimônio líquido		175.973	172.502
Total do passivo e do patrimônio líquido		223.484	209.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional bruta			
Suprimento de energia elétrica		39.874	47.357
		39.874	47.357
Deduções da receita			
Cofins		(1.436)	(1.835)
Pis		(311)	(397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")		(632)	(555)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(370)	(440)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(150)	(162)
		(2.899)	(3.389)
Receita operacional líquida	13	36.975	43.968
Custos e despesas operacionais			
Energia comprada para revenda		(1.082)	(16.309)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.823)	(1.374)
Pessoal e administradores	14	(2.036)	(2.334)
Serviço de terceiros		(2.792)	(2.388)
Materiais		(339)	(417)
Seguros		(459)	(354)
Depreciação e amortização		(7.293)	(5.676)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		626	(512)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		10	(5)
Outras despesas operacionais		(216)	(636)
Total despesas operacionais		(15.404)	(30.005)
Resultado do serviço		21.571	13.963
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	335	245
Despesas financeiras		(1.796)	(1.076)
Total do resultado financeiro		(1.461)	(831)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		20.110	13.132
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.523)	(1.933)
		(1.523)	(1.933)
Lucro líquido do exercício		18.587	11.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	18.587	11.199
Total de outros resultados abrangentes do exercício	18.587	11.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) a integralizar	Reserva legal	Reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	123.350	-	4.542	41.988	-	(27.163)	142.717
Integralização de capital	39.218	(15.000)	-	-	-	-	24.218
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.199	11.199
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	1.186	-	-	(1.186)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.632)	(5.632)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	16.895	(16.895)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162.568	(15.000)	5.728	41.988	16.895	(39.677)	172.502
Integralização de capital	-	7.102	-	-	-	-	7.102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.587	18.587
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(16.895)	-	(16.895)
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	1.121	-	-	(1.121)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(5.323)	(5.323)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	15.969	(15.969)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	162.568	(7.898)	6.849	41.988	15.969	(43.503)	175.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Paranapanema S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	18.587	11.199
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(10)	5
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	1.235	365
Depreciação e amortização	7.292	5.676
Atualização de processos judiciais e outros riscos	63	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.523	1.933
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(626)	591
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber de clientes	(669)	1.966
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	4
Outros tributos compensáveis	-	(6)
Outros créditos	(35)	(161)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	(457)	395
Salários, provisões e encargos sociais	(112)	187
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(3.330)	(18)
Outras obrigações fiscais	(269)	23
Encargos setoriais	198	(608)
Outras obrigações	1.241	288
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	1.651	(1.943)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(15)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	26.267	19.896
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para imobilizado	(18.568)	(60.600)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(18.568)	(60.600)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Aumento de capital	7.102	24.218
Captação de empréstimos e financiamentos	-	8.153
Pagamento de dividendos	(12.762)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(5.660)	32.371
Variação no caixa líquido da Companhia	2.039	(8.333)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.277	9.610
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.316	1.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Green Power Paranapanema S.A. (“Companhia”) foi constituída 14 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica, o que ocorreu em 2016.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 31,5 MW da UHE Paranapanema, cujo termo final da concessão está previsto para 5 de janeiro de 2036, e está contemplada no Contrato de Concessão de Geração nº 05/2016, com vigência até 30 de dezembro de 2045, em regime alocação de cotas de garantia física e potência.

1.1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre -ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres

no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis regulatórias em 24 de abril de 2023.

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução Normativa no. 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações demonstrações regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na nota explicativa nº20.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

3.5. Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

3.7. Intangível

O ativo intangível é composto pela aquisição do projeto gerador. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada, limitada ao período de autorização.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.9. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	162	727
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	3.154	550
Total	3.316	1.277

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Bancário (“CDB”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber de clientes

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	24	-	1.940	1.964	945
Suprimentos de Energia - ACR - Ambiente de Contratação Regulado	2.605	2	68	2.675	2.494
Contas a receber - partes relacionadas (nota 17)	613	-	1.382	1.995	2.526
	<u>3.242</u>	<u>2</u>	<u>3.390</u>	<u>6.634</u>	<u>5.965</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1)	-	(67)	(68)	(78)
Total	3.241	2	3.323	6.566	5.887

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(78)	(16)	26	(68)
Total	(78)	(16)	26	(68)

	31.12.2020	Adição	Reversão	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(73)	(7)	2	(78)
Total	(73)	(7)	2	(78)

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Imobilizado

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2022
Imobilizado em serviço							
Geração							
Reservatórios, barragens e adutoras	20.867	3	219	21.089	222	(3.049)	18.040
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	4.721	-	44.328	49.049	44.328	(1.881)	47.168
Máquinas e equipamentos	-	-	20.837	20.837	20.837	(380)	20.457
Veículos	852	-	-	852	-	-	852
	26.440	3	65.384	91.827	65.387	(5.310)	86.517
Administração							
Total em serviço	26.440	3	65.384	91.827	65.387	(5.310)	86.517
Imobilizado em curso							
Geração							
Outros	70.253	18.547	(66.130)	22.670	(47.583)	-	22.670
	70.253	18.547	(66.130)	22.670	(47.583)	-	22.670
Administração							
Total em curso	70.253	18.547	(66.130)	22.670	(47.583)	-	22.670
Total do imobilizado	96.693	18.550	(746)	114.497	17.804	(5.310)	109.187

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em Valor 2020	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2021
Imobilizado em serviço							
Geração							
Reservatórios, barragens e adutoras	15.717	-	5.150	20.867	5.150	(1.837)	19.030
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	2.558	-	2.163	4.721	2.163	(262)	4.459
Veículos	852	-	-	852	-	(258)	594
	19.127	-	7.313	26.440	7.313	(2.357)	24.083
Administração							
Total em serviço	19.127	-	7.313	26.440	7.313	(2.357)	24.083
Imobilizado em curso							
Geração							
Outros	16.459	61.107	(7.313)	70.253	53.794	-	70.253
	16.459	61.107	(7.313)	70.253	53.794	-	70.253
Administração							
Total em curso	16.459	61.107	(7.313)	70.253	53.794	-	70.253
Total do imobilizado	35.586	61.107	-	96.693	61.107	(2.357)	94.336

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2022			31.12.2021			
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço							
Geração							
Custo histórico	9,00%	91.827	(5.310)	86.517	26.440	(2.357)	24.083
		91.827	(5.310)	86.517	26.440	(2.357)	24.083
Administração							
Total em serviço		91.827	(5.310)	86.517	26.440	(2.357)	24.083
Imobilizado em curso							
Geração		22.670	-	22.670	70.253	-	70.253
Total em curso		22.670	-	22.670	70.253	-	70.253
Total do imobilizado		114.497	(5.310)	109.187	96.693	(2.357)	94.336

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Compras em Andamento	8.667	9.088	-	-	17.755
Outros	-	-	763	32	795
Total	8.667	9.088	763	32	18.550

As principais taxas anuais de depreciação (%) por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de geração de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na com as dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição	em R\$ mil
Edificações, Obras E Benfeitorias	65.087
Turbina Hidráulica - UG08 Melhorias	8
Turbina Hidráulica - UG07 Melhorias	44
Turbina Hidráulica - UG06 Melhorias	15
Equipamento geral de informática	11
Comportas Montante UG04	158
Comportas Montante UG05	61

7. Intangível

O intangível é composto por gastos realizados com o projeto antes de ganhar a concessão e está constituído da seguinte forma:

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2022	Valor líquido em 31.12.2021
Imobilizado em serviço								
Geração								
Outros	134.255	18	-	134.273	18	(30.941)	103.332	107.653
	134.255	18	-	134.273	18	(30.941)	103.332	107.653
Administração								
Total em serviço	134.255	18	-	134.273	18	(30.941)	103.332	107.653
Imobilizado em curso								
Geração								
Outros	(539)	-	746	207	746	-	207	(539)
	(539)	-	746	207	746	-	207	(539)
Administração								
Total em curso	(539)	-	746	207	746	-	207	(539)
Total do intangível	133.716	18	746	134.480	764	(30.941)	103.539	107.114

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir

Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2022			31.12.2021			
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço							
Geração							
Custo histórico	3,00%	134.480	(30.941)	103.539	134.255	(26.602)	107.653
		134.480	(30.941)	103.539	134.255	(26.602)	107.653
Administração							
Total em serviço		134.480	(30.941)	103.539	134.255	(26.602)	107.653
Imobilizado em curso							
Geração		-	-	-	(539)	-	(539)
Total em curso		-	-	-	(539)	-	(539)
Total do imobilizado		134.480	(30.941)	103.539	133.716	(26.602)	107.114

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Encargos setoriais

	31.12.2022	31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	480	341
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	11	12
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")	210	150
Total	701	503

11. Provisão para processos judiciais

11.1. Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas	18	23	(18)	8	(15)	16
Cíveis	576	-	(631)	55	-	-
Total	594	23	(649)	63	(15)	16

	31.12.2020	Adição	Atualização monetária	31.12.2021
Trabalhistas	1	13	4	18
Cíveis	2	500	74	576
Total	3	513	78	594

Trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

11.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	2.097	2.518
Total	2.097	2.518

Os processos são de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social é de R\$ 162.568, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%
Total	162.567.500	100,00%	162.567.500	100,00%

No exercício de 2022 foram realizados aportes como integralização de capital no total de R\$ 7.102 (R\$ 24.218 em 31 de dezembro de 2021) para integralização do capital social.

12.2. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

12.3. Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2021 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 16.895, pagos de forma integral dentro do exercício de 2022.

12.4. Dividendos

A movimentação dos dividendos no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 se encontra detalhada abaixo:

	31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	12.762	16.895	5.323	(12.762)	22.218

	31.12.2020	Efeito não caixa		31.12.2021
		Dividendos mínimos	Dividendos adicionais propostos	
Dividendos a pagar	7.130	5.632	12.762	12.762

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5. Distribuição de resultado

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios, com base no resultado do societário, está demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	22.413	23.713
(-) Reserva legal	(1.121)	(1.186)
Lucro ajustado	21.292	22.527
Dividendo mínimo obrigatório	(5.323)	(5.632)
Dividendo adicional proposto	(15.969)	(16.895)
	-	-

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 20 de dezembro de 2022, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$ 31.704, cujo pagamento ocorreu em 26 de dezembro de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 95.569 será submetida a deliberação em Assembleia Geral Ordinária, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação.

13. Receita operacional líquida

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	30.385	28.405
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 17)	9.489	18.952
	39.874	47.357
Deduções da receita		
Cofins	(1.436)	(1.835)
Pis	(311)	(397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")	(632)	(555)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(370)	(440)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(150)	(162)
	(2.899)	(3.389)
Total	36.975	43.968

14. Pessoal e administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	1.200	1.003
Encargos	387	476
Assistência médica	344	298
Participação nos lucros e resultados - PLR	72	10
Outros	33	547
Total	2.036	2.334

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	125	74
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	13	143
Variação cambial	121	28
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	76	-
	335	245
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(34)
Variação cambial realizada	-	(7)
Encargos de dívidas	(1.235)	(681)
Variação monetária	(41)	(4)
Atualização de impostos e multas	(17)	(91)
Atualização de provisão para processos judiciais	(63)	(78)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(35)	(179)
Despesas bancárias	(22)	-
Outras despesas financeiras	(383)	(2)
	(1.796)	(1.076)
Total	(1.461)	(831)

16. Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	47.858	61.152
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	3.829	4.892
Rendimento de aplicações financeiras	125	74
Outras receitas financeiras	89	143
Total base de cálculo	4.043	5.109
Alíquota do imposto de renda (15%)	(607)	(766)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(380)	(487)
Total do imposto de renda	(987)	(1.253)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	5.743	7.338
Rendimento de aplicações financeiras	125	74
Outras receitas financeiras	89	143
Total base de calculo	5.957	7.555
Alíquota da contribuição social (9%)	(536)	(680)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.523)	(1.933)

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

17.1. Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Mútuo		(9.753)	(13.752)	(1.235)	(230)
Compartilhamento de despesas comuns		(7.393)	-	(1.048)	-
Dividendos		(16.895)	-	-	-
Total		(34.041)	(13.752)	(2.283)	(230)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

17.2. Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita	Receita (Despesa)
Compra e venda de energia		1130	333	9.489	9.930
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A		-	33	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A.		-	33	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A		-	33	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A	Janeiro de 2021 a dezembro de 2021	-	32	-	383
Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A		-	32	-	382
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A		-	32	-	382
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A		-	32	-	382
Enel Trading Brasil	Janeiro de 2021 a dezembro de 2022	663	747	2.302	4.628
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A		(99)	(112)	-	1.095
Enel Green Power Salto Apiacas S.A	Julho de 2019 a junho de 2037	-	20	-	1.407
Enel Green Power Fazenda		(112)	-	-	877
Celg Distribuicao S.A. Celg D.		-	108	1.287	1.208
Enel Distribuição Ceará (Coelce)		100	97	1.140	1.057
Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo)	Janeiro de 2016 a janeiro de 2046	322	321	3.757	3.591
Ampla Energia E Serviços S.A.		92	85	1.003	956
Enel Green Power Mourão S.A		-	(528)	-	(3.546)
Enel Green Power Cachoeira Dourada - CDSA		164	(756)	-	(5.476)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eolica S.A	Até o final da concessão	-	64	-	753
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eolica S.A		-	60	-	702
Mútuo		-	-	-	(751)
Enel Green Power Brasil Participações Ltda		-	-	-	(751)
Outras contas a receber/ a pagar		(707)	(501)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.		(97)	(81)	-	-
Quatiara Energia S.A		107	81	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(321)	(321)	-	-
Enel Green Power Cabeça Boi S.A		(14)	-	-	-
Enel Green Power Mourão S.A		16	-	-	-
Enel Green Power Fazenda		112	-	-	-
Apiacas Energia S.A		(187)	(180)	-	-
Salto Apiacas S.A.	Julho de 2019 a junho de 2037	(322)	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A		(1)	-	-	-
Suporte Operacional		(1.013)	(1.137)	-	-
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2021 até o término dos serviços	(1.013)	(1.137)	-	-
Total		(590)	(1.305)	9.489	9.179

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante.

Outras contas a pagar: Saldo a pagar para as parceiras do grupo referente a despesas pagas por essas parceiras em nome das geradoras.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	3.316	3.316	1.277	1.277
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	6.566	6.566	5.887	5.887
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	10	10	10	10
			9.892	9.892	7.174	7.174
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	12.400	12.400	12.857	12.857
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	9.753	9.491	8.518	8.518
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	22.218	22.218	12.762	12.762
			44.371	44.109	34.137	34.137
Total			54.263	54.001	41.311	41.311

18.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

18.2. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, ambos atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	1.440	1.732	292	2.017	577
Total	1.440	1.732	292	2.017	577

18.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

18.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas (nota 15)	8.153	2.220	10.373
Total	8.153	2.220	10.373

18.5. Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

18.6. Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

Enel Green Power Parapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	9.753	8.518
Dívida	9.753	8.518
Caixa e equivalentes de caixa	(3.316)	(1.277)
Dívida líquida	6.437	7.241
Patrimônio líquido	175.973	172.502
Índice de endividamento líquido	4%	4%

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	239.336	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723
Frota	14/08/22	14/08/23	n/a	1.000

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício societária e regulatória

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.316	-	3.316	1.277	-	1.277
Contas a receber de clientes	6.566	-	6.566	5.887	-	5.887
Outros tributos compensáveis	59	-	59	59	-	59
Ativo financeiro (Bonificação de Outorga)	6.131	(6.131)	-	5.808	(5.808)	-
Outros créditos	807	-	807	772	-	772
Total do ativo circulante	16.879	(6.131)	10.748	13.803	(5.808)	7.995
Ativo não circulante						
Ativo financeiro (Bonificação de Outorga)	140.513	(140.513)	-	138.916	(138.916)	-
Depósitos vinculados	10	-	10	10	-	10
Imobilizado	107.986	1.201	109.187	95.488	(1.152)	94.336
Intangível	1.599	101.940	103.539	915	106.199	107.114
Total do ativo não circulante	250.108	(37.372)	212.736	235.329	(33.869)	201.460
Total do ativo	266.987	(43.503)	223.484	249.132	(39.677)	209.455

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo circulante						
Fornecedores	12.400	-	12.400	12.857	-	12.857
Empréstimos e financiamentos	9.753	-	9.753	8.518	-	8.518
Salários, provisões e encargos sociais	396	-	396	508	-	508
Imposto de renda e contribuição social a pagar	274	-	274	430	-	430
Outras obrigações fiscais	190	-	190	459	-	459
Encargos setoriais	701	-	701	503	-	503
Dividendos a pagar	22.218	-	22.218	12.762	-	12.762
Outras obrigações	1.563	-	1.563	322	-	322
Total do passivo circulante	47.495	-	47.495	36.359	-	36.359
Passivo não circulante						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	16	-	16	594	-	594
Total do passivo não circulante	16	-	16	594	-	594
Patrimônio líquido						
Capital social	162.568	-	162.568	162.568	-	162.568
Capital social (a integralizar)	(7.898)	-	(7.898)	(15.000)	-	(15.000)
Reserva legal	6.849	-	6.849	5.728	-	5.728
Reservas de lucros	41.988	-	41.988	41.988	-	41.988
Dividendos adicionais propostos	15.969	-	15.969	16.895	-	16.895
Prejuízos acumulados	-	(43.503)	(43.503)	-	(39.677)	(39.677)
Total do patrimônio líquido	219.476	(43.503)	175.973	212.179	(39.677)	172.502
Total do passivo e do patrimônio líquido	266.987	(43.503)	223.484	249.132	(39.677)	209.455

Notas	2022			2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Suprimento de energia elétrica	39.874	-	39.874	47.357	-	47.357
Atualização do bônus de concessão	7.984	(7.984)	-	13.795	(13.795)	-
	47.858	(7.984)	39.874	61.152	(13.795)	47.357
Deduções da receita						
Cofins	(1.436)	-	(1.436)	(1.835)	-	(1.835)
Pis	(311)	-	(311)	(397)	-	(397)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")	(632)	-	(632)	(555)	-	(555)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(370)	-	(370)	(440)	-	(440)
Amortização do bônus de concessão	(6.064)	6.064	-	(5.703)	5.703	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(150)	-	(150)	(162)	-	(162)
	(8.963)	6.064	(2.899)	(9.092)	5.703	(3.389)
Receita operacional líquida	38.895	(1.920)	36.975	52.060	(8.092)	43.968
Custos e despesas operacionais						
Energia comprada para revenda	(1.082)	-	(1.082)	(16.309)	-	(16.309)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(1.823)	-	(1.823)	(1.374)	-	(1.374)
Pessoal e administradores	(2.036)	-	(2.036)	(2.334)	-	(2.334)
Serviço de terceiros	(2.792)	-	(2.792)	(2.388)	-	(2.388)
Materiais	(339)	-	(339)	(417)	-	(417)
Seguros	(459)	-	(459)	(354)	-	(354)
Depreciação e amortização	(5.387)	(1.906)	(7.293)	(1.254)	(4.422)	(5.676)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	626	-	626	(512)	-	(512)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	10	-	10	(5)	-	(5)
Outras despesas operacionais	(216)	-	(216)	(636)	-	(636)
Total despesas operacionais	(13.498)	(1.906)	(15.404)	(25.583)	(4.422)	(30.005)
Resultado do serviço	25.397	(3.826)	21.571	26.477	(12.514)	13.963
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	335	-	335	245	-	245
Despesas financeiras	(1.796)	-	(1.796)	(1.076)	-	(1.076)
Total do resultado financeiro	(1.461)	-	(1.461)	(831)	-	(831)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.936	(3.826)	20.110	25.646	(12.514)	13.132
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.523)	-	(1.523)	(1.933)	-	(1.933)
	(1.523)	-	(1.523)	(1.933)	-	(1.933)
Lucro líquido do exercício	22.413	(3.826)	18.587	23.713	(12.514)	11.199

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

20.1. ICPC01 – Contratos de concessão - Bonificação pela Outorga

20.1.1. Ativo financeiro - contas a receber vinculado à concessão

A Enel Green Power Paranapanema firmou em 05 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$132.738, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18 de setembro de 2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõem a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

O ICPC 01, é o pronunciamento/interpretação técnica apropriado para avaliação de qualquer aspecto relacionado aos contratos de concessão. Com relação aos investimentos realizados pela companhia para melhoria e manutenção das Usinas de Geração e outros ativos relacionados representa claramente parte do serviço prestado ao poder concedente, uma vez que não obstante a operação, a Companhia também é responsável pela manutenção de toda a Usina

Dessa forma, em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Enel Green Power Paranapanema classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Diante do exposto, e como a ANEEL não adotou o ICPC 01, há uma diferença de tratamento contábil entre a contabilidade regulatória e societária.

20.1.2. Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da depreciação e amortização acumulada. A depreciação e amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL no nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Conforme descrito na nota explicativa nº 20.1, na contabilidade societária foi realizado o registro do valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixado pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18.09.2015 e Edital do Leilão Aneel nº 12/2015, conforme dispõe a Lei nº 12.783/2013 que vem sendo amortizado de forma linear até o término do prazo da bonificação. Tal registro não se aplica para contabilidade regulatória, gerando assim, uma diferença com a contabilidade societária.

21. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Patrimônio líquido societário	219.476	212.179
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção ICPC01 - Bonificação pela outorga	(43.503)	(39.677)
	(43.503)	(39.677)
Patrimônio líquido regulatório	175.973	172.502

Enel Green Power Paranapanema S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro líquido societário	22.413	23.713
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção ICPC01 - Bonificação pela outorga		
Atualização do bônus de concessão	(7.984)	(13.795)
Amortização bônus da concessão	6.064	5.703
Depreciação e amortização	(1.906)	(4.422)
	(3.826)	(12.514)
Lucro líquido regulatório	18.587	11.199

23. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Os Diretores da Enel Green Paranapanema S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 23.842.003/0001-78, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro- RJ, 24 de abril de 2023.

Jayne Barg
Diretor Presidente

Jayne Barg
Diretor de Operação e Manutenção

Camilo Rebollo Couto
Diretor de Construção



TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração Contábil Regulatória - DCR

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023.

Outorgada: *Enel Green Power Paranapanema S.A.*

Aprovado por JAYME BARG
em 24/04/2023 às 14:40:54 CEST

Jayme Barg
Diretor-Presidente

Aprovado por MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS
em 24/04/2023 às 08:30:43 BRT

Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração

CAMILA SILVA DE MELLO:00054732093
Assinado de forma digital por CAMILA SILVA DE MELLO:00054732093

Camila Silva de Mello
Contadora 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.